

**SESSENTA ANOS DO GOLPE DE 1964: BALANÇO HISTORIOGRÁFICO E
PERSPECTIVAS PARA NOVOS ESTUDOS**

**SESENTA AÑOS DEL GOLPE DE 1964: BALANCE HISTORIOGRÁFICO Y
PERSPECTIVAS DE NUEVOS ESTUDIOS**

**SIXTY YEARS SINCE THE 1964 COUP: HISTORIOGRAPHICAL ASSESSMENT AND
PROSPECTS FOR NEW STUDIES**

DOI: <http://10.9771/gmed.v16i1.59100>

Yagoo Moura¹

Resumo: O presente artigo busca realizar um balanço da bibliografia recente sobre o golpe empresarial-militar de 1964 e a ditadura brasileira, trazendo à tona alguns de seus principais elementos e resgatando questões relativas a discussões anteriores. Pretendo apresentar uma exposição contemplando diferentes aspectos das interpretações sobre o período e suscitar pontos relativos aos enquadramentos teórico-metodológicos e sua importância nos trabalhos historiográficos sobre a temática.

Palavras-chave: Golpe de 1964. Golpe empresarial-militar. Ditadura. Interpretações. Historiografia.

Resumen: Este artículo pretende hacer un balance de la bibliografía reciente sobre el golpe empresarial-militar de 1964 y la dictadura brasileña, sacando a la luz algunos de sus principales elementos y reavivando cuestiones relativas a discusiones anteriores. Pretendo presentar una exposición que abarque diferentes aspectos de las interpretaciones del período y plantear puntos relativos a los marcos teórico-metodológicos y su importancia en el trabajo historiográfico sobre el tema.

Palabras clave: Golpe de 1964. Golpe corporativo-militar. Dictadura. Interpretaciones. Historiografía.

Abstract: This article seeks to take stock of the recent bibliography on the 1964 business-military coup and the Brazilian dictatorship, bringing to light some of its main elements and revisiting issues related to previous discussions. I intend to present an exposition covering different aspects of the interpretations of the period and raise points relating to theoretical-methodological frameworks and their importance in historiographical work on the subject.

Keywords: 1964 coup. Corporate-military coup. Dictatorship. Interpretations. Historiography.

Introdução

A efeméride dos sessenta anos do golpe de 1964 é um momento natural para que debates sobre o tema ganhem tração nos mais diferentes espaços – na política institucional e nos movimentos sociais, nas artes e no audiovisual e, como não poderia deixar de ser, na academia.

Para o campo da historiografia do golpe e da ditadura brasileira, é uma oportunidade para realizar um balanço sobre o que se produziu no último período, apontando os avanços e os limites, tornando possível o debate e a produção de conhecimento. A partir desse quadro, poder-se-á ter perspectivas para o próximo período.

Penso ser indispensável, antes de entrar no debate propriamente dito, traçar, de forma resumida, as mudanças ocorridas na conjuntura política brasileira desde a última efeméride do golpe, há dez anos atrás. Tais mudanças devem ser mencionadas, pois questões tidas como consensuais passaram a ser questionadas e até negadas. Nesse sentido, a pretexto de combater uma ideologização que supostamente teria “contaminado” as instituições de ensino, se avançou com um projeto – este sim, impregnado de ideologia – para negar o conhecimento e os métodos para sua concepção. Coisas aparentemente óbvias precisaram e precisam ser ditas: houve golpe, uma ditadura a ele se seguiu e a Terra é redonda. A retrospectiva dos últimos 10 anos terá de ser sucinta, mas nem por isso deve ser suprimida.

Em 2014, o Brasil estava em ano de eleições gerais. A então candidata à reeleição, Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), se encaminhava para a disputa presidencial em um cenário atípico. O ano anterior, 2013, fora marcado por uma onda de manifestações massivas no mês de junho (ALTMAN; CARLOTTO: 2023; BARROS; DEMIER; FREITAS: 2023). Tais atos, que tiveram como estopim o aumento das passagens do transporte coletivo evidenciaram as fissuras no pacto político-social que formou as bases da assim chamada “Nova República”, período iniciado em 1985. Desde então, uma sucessão de eventos alterou qualitativamente a correlação de forças no país.

O Brasil assistiu à ascensão da Operação Lava-Jato, iniciada em março de 2014, à deterioração do cenário econômico em 2015, ao golpe de Estado que apeou a presidenta Dilma em 2016, às contrarreformas sociais perpetradas por um governo sem voto. Ainda sob a “Ponte para o Futuro” de Michel Temer, pavimentou-se o caminho para a chegada à Presidência, por via eleitoral, da extrema-direita, personificada na figura de Jair Bolsonaro. Com uma campanha potencializada por uma avalanche de *fake news*², o ex-capitão do Exército se beneficiou das decisões do então juiz Sérgio Moro que, com o beneplácito das cortes superiores e aberta bajulação da imprensa tradicional, retiraram da corrida eleitoral o líder nas pesquisas, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), submetendo-o a 580 dias de prisão política na carceragem da Polícia Federal (PF) em Curitiba³.

O governo Bolsonaro (2019-2022), além de aprofundar a destruição das bases da rede de proteção social erigida na Constituição Federal de 1988, implementou uma política negacionista durante a pandemia de Covid-19, levando o Brasil a contabilizar centenas de milhares de mortes evitáveis⁴. Além disso, houve clara aposta por parte do chefe do Executivo em uma crise institucional com o Supremo Tribunal Federal (STF), amparando-se em uma mobilização permanente de suas bases sociais⁵. Bolsonaro buscava um pretexto para perpetrar uma medida excepcional que lhe permitisse exorbitar suas prerrogativas constitucionais. Frustrado em seus intentos e em suas pretensões de reeleger-se, suas hostes seguiram mobilizadas após a vitória de Lula, obstruindo rodovias, acampando em frente a quartéis e clamando por um golpe militar. Após a posse do candidato eleito e diplomado, realizando uma incursão massiva à Praça

dos Três Poderes, bolsonaristas apostaram em um cenário de caos para a criação das condições para uma ruptura institucional. A tentativa de golpe de Estado do dia 8 de janeiro de 2023 fracassou⁶.

Essas são as linhas gerais de uma conjuntura sobre a qual discorri *en passant*, tendo em vista sua relevância para compreender o que mudou de 2014 para cá e os impactos inevitáveis na produção historiográfica. Afinal, a produção de conhecimento não é alheia à correlação de forças da sociedade na qual se insere. A retomada do protagonismo aberto por parte dos militares na vida política nacional, algo que se observa sobremaneira desde 2016 e se tornou rotineiro nos anos de governo Bolsonaro, leva a uma alta nos debates sobre o golpe de 1964 e a ditadura subsequente.

A História enquanto ciência possui um papel político, pois cumpre uma função social. A construção da memória é um elemento crucial na disputa de interpretações sobre o passado e seus reflexos no presente. Se há dúvidas sobre a função social da História, esta pode ser facilmente suprida pelo esforço deliberado e sistemático da extrema-direita em criar suas próprias histórias e alçá-las à posição de verdade factual. Com 1964 não foi diferente. Houve um empenho por parte da extrema-direita em fabricar a sua própria versão para os acontecimentos que culminaram no golpe e para os anos em que os militares detiveram o poder político. Tal empenho, cujo principal exemplo é o canal de desinformação Brasil Paralelo, tem como métodos característicos a deturpação e o negacionismo levados às últimas consequências⁷.

Estado atual da questão

A proposta desta seção consiste em suscitar questões relativas ao debate sobre o golpe e a ditadura, trazendo argumentos complementares e, muitas vezes, conflitantes. Portanto, não é cabível que um artigo acadêmico adentre as narrativas disseminadas pela extrema-direita, salvo o caso de trabalhos que busquem esmiuçar esse submundo do negacionismo histórico. Há iniciativas importantes que caminham nessa direção e que têm seu mérito não só pela sensibilidade da temática no momento atual, mas pelo terreno pútrido da extrema-direita que se constitui como seu objeto.

No caso deste artigo, que tem como objetivo, a partir do *estado d'arte* sobre o tema do golpe e da ditadura, qualificar o debate sobre alguns de seus aspectos, considero que a simples menção às narrativas negacionistas produzidas seja suficiente, pelo lugar de destaque que ocuparam na conjuntura política dos últimos dez anos. Todavia, me ocupar com debater, ainda que para refutá-las, seria promovê-las à categoria de conhecimento científico e, de alguma forma, legitimá-las.

Em artigo de 2017, o historiador Carlos Fico apresentou uma série de reflexões sobre o que vinha sendo produzido sobre o golpe e a ditadura. Abordou questões como o debate sobre a suposta “cumplicidade” da “sociedade” em relação ao regime, o caráter democrático ou não das esquerdas da época, a periodização sobre a duração do regime ditatorial e a própria forma política assumida pela ditadura brasileira, assim como sua dinâmica de institucionalização – ponto alto do artigo – e os grupos sociais envolvidos na deposição do presidente João Goulart e na composição do novo regime. Penso que o texto oferece um panorama interessante que pode servir como um ponto de partida para as questões a que me proponho desenvolver.

Contudo, para uma melhor compreensão do lugar que o artigo de Fico ocupa, há de se localizar suas opções teórico-metodológicas e sua própria compreensão a respeito do golpe, sobre o qual escreveu trabalhos de expressão, como, por exemplo, seu livro sobre a Operação Brother Sam (FICO: 2008). Faço, portanto, um parêntese neste texto para resgatar elementos predecessores neste livro em especial, uma referência para trabalhos acadêmicos sobre a temática.

A interpretação de Fico é, em larga medida, uma antítese a trabalhos historiográficos anteriores, como é o caso do célebre livro de René Dreifuss, publicado em 1981. Utilizo o vocábulo “antítese” não com a finalidade de apontar que Fico *nega* a contribuição mais original da obra de Dreifuss, isto é, a comprovação empírica da participação ativa do empresariado no processo de desestabilização para a derrubada do governo Goulart e do regime liberal-democrático de 1946. Há um reconhecimento da pesquisa desenvolvida por Dreifuss, mas uma subestimação da participação do empresariado no golpe.

No que se refere à ação política empresarial, algo colocado por Dreifuss é que a entrada do capital estrangeiro – as multinacionais – na economia brasileira aprofundou a dependência do capital nacional às empresas estrangeiras, propiciando uma dinâmica associacionista. Esse processo tem seu auge nos anos 1950, marcados pela ascensão do capital multinacional e associado, cuja elite orgânica despontaria como vanguarda da ação das classes dominantes no período de crise dos anos 1960, sendo o principal ator na mobilização social para o golpe em 1964.

A entrada do capital estrangeiro na economia brasileira obedecia aos ditames da política externa norte-americana, que tinha na América Latina sua principal zona de influência. O governo estadunidense se empenhava em expandir os investimentos em países latino-americanos, colocando-se como agente para a garantia da reprodução ampliada do capital e, *pari passu*, barrar a emergência de governos nacionalistas na região.

Os altos índices de pauperização, as gritantes desigualdades sociais e o subdesenvolvimento serviram como pretexto para que, utilizando a fachada de ação assistencial, os Estados Unidos expandissem sua influência no Brasil, injetando vultosos volumes de recursos privados, sob o mote de uma ação filantrópico-empresarial. Com tais objetivos, o governo de John F. Kennedy lançara a Aliança para o Progresso.

Em *O grande irmão*, Fico tece comentários acerca da Aliança. Todos caminham no sentido de minimizar sua importância no processo que culminou na derrubada de Goulart. Menciona que a Aliança fora “apenas uma reação momentânea” (FICO: 2008, p. 40) frente à Revolução Cubana (1959) e segue, de forma peremptória:

Ademais, a Aliança havia se mostrado um *completo fracasso*: além das deficiências estruturais e *concepção quixotesca*, seus projetos nunca conseguiram se desprender da moldura ideológica imposta pela Guerra Fria. Aquilo que deveria ser uma “revolução pacífica” que promovesse reformas estruturais, acabou se convertendo em iniciativas de curto prazo pautadas pelo medo do comunismo e concebidas como “obras de impacto”. Do ponto de vista político, *a Aliança não conseguiu evitar que nove golpes militares contra governos civis acontecessem* nos seus cinco primeiros anos de funcionamento, apesar de toda a retórica democrática de Kennedy. (FICO: 2008, p. 40, grifos meus)

Ao longo de sua tese de doutorado, Martina Spohr (2016) apresenta fontes que contradizem a versão apresentada por Fico, demonstrando o papel estratégico cumprido pela Aliança naquele contexto. Logo na Introdução, Spohr aponta:

A criação do programa da Aliança pode ser compreendida, dentro do contexto da política internacional, como uma estratégia anticrises desenvolvida pelo presidente Kennedy e seu *staff* com a finalidade de prevenir qualquer eventual direcionamento da política externa latino-americana que possibilitasse um afastamento da órbita norte-americana. Em nosso entendimento, a condução da Alpro teve um caráter contrarrevolucionário preventivo. Esta característica possuía íntima relação com o posicionamento dos empresários no período de crise orgânica do regime político brasileiro na primeira metade da década de 1960. (GONÇALVES: 2016, p. 2).

Spohr demonstra como havia um afinamento entre a política exterior norte-americana para a América Latina e a ação política empresarial em um momento de crise do regime político vigente. Nesse sentido, a Alpro cumpria um papel central e não secundário, conforme considerado por Fico.

Uma outra limitação na análise de Fico é que, ao tratar da ingerência norte-americana no golpe de 1964, o faz considerando apenas os agentes políticos. Fico confere bastante relevo ao papel do Departamento de Estado dos Estados Unidos, à Central Intelligence Agency (CIA), à United States Agency for International Development (USAID) e outras agências do Estado norte-americano, mas ignora um dado relevante destacado por Spohr: o fato de que tais agências e seus postos ou, em outras palavras, os espaços na sociedade política norte-americana eram flanqueados a membros de destaque da elite orgânica do capital. O *staff* de Kennedy, que influenciava decisivamente nos rumos do governo, era composto por figuras ligadas, por exemplo, à Fundação Rockefeller e à Fundação Ford (GONÇALVES: 2016, p. 87). A direção impressa às ações do governo obedecia aos interesses de expansão desse capital multinacional. Uma questão crucial para a tese de Spohr é o papel assumido pelo capital privado na política externa norte-americana e, por conseguinte, nos rumos da Aliança para o Progresso. Além de se inserir em uma estratégia contrarrevolucionária preventiva⁸, a Alpro era uma política voltada para facilitar a entrada do capital privado nas economias dos países que a receberiam.

A Aliança foi pensada desde o início como um programa de estímulo à empresa privada através de fundos públicos disponibilizados pelo governo dos Estados Unidos. Desta forma, dominando os mercados dos países do hemisfério através do incentivo da entrada da empresa privada via financiamento público, os Estados Unidos buscavam promover uma espécie de alinhamento, pautado pela dependência econômica dos países menos desenvolvidos da América Latina. É nesse ponto que reiteramos o caráter contrarrevolucionário preventivo da Aliança, na medida em que ainda não existia o estímulo à entrada direta de capital privado nos projetos da Aliança. (GONÇALVES: 2016, p. 184)

Tratava-se de abrir caminho para as desnacionalizações das economias e o aprofundamento da dependência em relação ao capital privado norte-americano. A “assistência” financeira realizada de forma direta a estados dirigidos por lideranças que faziam oposição a Jango era um modo de isolar o Executivo nacional-reformista, asfixiando-o financeiramente, no que ficou conhecido como política das “ilhas de sanidade”. Tal política fora crucial para potencializar a campanha de desestabilização em curso.

Ao contrário da compreensão de Fico de que a Aliança fracassara, Spohr apresenta uma outra interpretação, a qual eu acompanho:

O que podemos afirmar aqui é que se a operação militar norte-americana não se efetivou no Brasil, a intervenção econômica e a construção de um processo contrarrevolucionário sim. A nosso ver, essa é a maior intervenção dos Estados Unidos no país, realizada através do apoio ao golpe empresarial-militar de 1964. A estratégia de financiar projetos via Aliança para o Progresso diretamente aos estados, criando as “ilhas de sanidade”, teve objetivo claro de enfraquecer a autoridade de Goulart e de fortalecer a perspectiva norte-americana de beneficiar seus possíveis aliados. Isso fica claramente demonstrado pelo fato de que, logo após o golpe, o governo Lyndon Johnson liberou um vultoso empréstimo ao governo central brasileiro. (GONÇALVES: 2016, p. 281).

Entretanto, segundo Fico, àquela altura dos acontecimentos, o Brasil possuía “importância apenas relativa para o governo norte-americano” (FICO: 2008, p. 41). Teria havido, portanto, um momento no governo Goulart em que ocorrera uma “virada de chave”, ou seja, um ponto em que a Casa Branca percebera que uma intervenção direta – como foi o caso da Operação Brother Sam, apesar de sua não deflagração – era necessária. Sobre este ponto, gostaria de tratar com maior acuidade, pois é onde se encontra algo central para a compreensão do golpe e da ditadura que Fico reivindica não só no livro de 2008 sobre a Brother Sam, mas no próprio artigo de 2017.

Fico compartilha da interpretação de que a campanha de desestabilização não compõe o mesmo processo que o golpe. A decisão para o desencadeamento deste teria vindo somente no segundo semestre de 1963. Antes desse momento, as possibilidades estavam em aberto. Também neste aspecto, há uma confusão: o autor atribui uma visão teleológica aos que consideram que havia um golpe em preparação desde antes de 1963. No sentido estrito do termo, teleologia seria considerar que o golpe era o destino inexorável do governo Goulart. Isto nada tem a ver com a interpretação, amplamente documentada, de que havia um processo sedicioso capitaneado por setores politicamente organizados do empresariado. Esta confusão e sua problemática de fundo merecem ser melhor desenvolvidas. Volto ao texto de Fico, que faz uma crítica explícita a Dreifuss:

Previamente, convém esclarecer que, do meu ponto de vista, há grande diferença entre a “campanha de desestabilização” de Goulart e aquilo que podemos chamar de “conspiração” para efetivar o golpe que derrubou o presidente. Trata-se de interpretação distinta da adotada pelo principal analista do tema, René Armand Dreifuss, para o qual *o golpe tornou-se inevitável* em função da falta de apoio eleitoral das forças políticas reunidas em torno do Ipês e do Ibad, às quais somente restaria, por isso, a derrubada de Goulart, *consequência quase “natural” das atividades de doutrinação e propaganda*. Admitir essa tese implicaria atribuir aos envolvidos nesse processo de desestabilização – que se intensificou em 1963, mas começou em 1961/1962 – uma intenção inicial que talvez não houvesse e para cuja comprovação não há evidências empíricas. (FICO: 2008, p. 75, grifos meus)

A interpretação de Carlos Fico tem como consequência o “fatiamento” do processo do golpe entre o momento da desestabilização e o momento do que se poderia chamar de “golpe propriamente dito”, embora o autor destaque que “os dois processos estão interligados” (FICO: 2008, p. 76). Por trás dessa dissociação, proposta por Fico com fins analíticos para “entender de maneira mais refinada o que aconteceu naqueles anos” (FICO: 2008, p. 76), há uma ponderação que pode até soar plausível, que é o fato de que não necessariamente uma campanha de desestabilização busca derrubar um governo. O autor pontua que a ampla campanha desenvolvida pelo complexo IPES/IBAD, cujas vísceras foram expostas no trabalho de Dreifuss, poderia ter como objetivo desgastar o campo político do qual Goulart era o principal expoente e impor uma derrota nas eleições de 1965 (FICO: 2008, p. 76). Não é uma hipótese surreal. Fico reconhece

que havia uma campanha de desestabilização sistemática e com participação ativa de organizações governamentais norte-americanas, embora não reconheça o papel do empresariado nesse processo, mas aponta que somente há evidências de um golpe em preparação desde o final de 1963. Para reforçar sua argumentação, Fico aponta que “não foi intensiva a participação dos militares na campanha de desestabilização, comandada preponderantemente por civis” e que, ao contrário da campanha de desestabilização, as movimentações militares que levaram ao golpe foram desorganizadas, tendo havido imprevistos na própria deflagração do deslocamento das tropas golpistas (FICO: 2008, p. 76).

Fico considera que quem compôs a retaguarda dos militares foi o governo dos Estados Unidos. Para tal, minora a influência de outros atores políticos no percurso para a ruptura. Isto traz limites à análise do autor, tendo em vista, por exemplo, a articulação transnacional para a consecução do golpe que, conforme demonstram outros trabalhos, como a própria tese de Martina Spohr, contava com parcela relevante do empresariado norte-americano que tinha representação no *staff* de Kennedy e depois no de Lyndon Johnson.

Um dado que consta na própria pesquisa de Dreifuss é desconsiderado, que é a participação ativa de militares, principalmente os ligados à Escola Superior de Guerra (ESG) nas atividades desenvolvidas pelo IPES desde sua fundação em 1961. O próprio general Golbery do Couto e Silva, um dos principais nomes da ESG e liderança de proeminência durante todo o período ditatorial, era um elo entre os militares esguianos e o núcleo empresarial acoplado no IPES, chegando a ser apontado como peça-chave da “Revolução de Março” por um dos maiores líderes do IPES, Glycon de Paiva⁹. Além disso, a impressão que permanece é que há uma *confluência* entre o momento em que a campanha de desestabilização se intensifica e o momento em que o golpe começa a ser orquestrado (1963), como se não houvesse uma *coordenação* entre os dois processos.

A importância de 1963 e de seu segundo semestre pode ser compreendida pelo fato de que Goulart tivera suas prerrogativas constitucionais enquanto chefe de governo restituídas após o plebiscito sobre o sistema de governo em janeiro de tal ano. A escalada também se explica pelas ações de trabalhadores nas greves de julho e setembro de 1962 (MELO: 2013).

O processo de desestabilização visava criar um clima propício à ruptura institucional, que, por sua vez, dependeria de outros fatores para ser bem-sucedido. Por óbvio, há sempre a sombra do imponderável e do inesperado, vide a própria sequência de acontecimentos entre o dia 30 de março de 1964 (discurso de Jango no Automóvel Clube) e o dia 11 de abril de 1964 (eleição de Castello Branco por um Congresso Nacional depurado). A saída das tropas do general Mourão Filho de Juiz de Fora (MG) não estava combinada com as lideranças militares, algo que poderia colocar em xeque a efetivação do golpe. Também não estava dado como Jango reagiria em um caso como esses, se iria ou não deter as tropas em curso, que, até aquele momento, compunham um levante militar localizado, um motim. Esses casos, embora exemplares da dinâmica de permanente disputa dos processos históricos, não são excludentes em relação ao dado de que havia uma ação política golpista em curso desde 1961. Apontar isto não implica cancelar uma leitura teleológica da história.

Outro ponto problemático, que tem a ver com as opções teórico-metodológicas do autor, é o esforço de pensar o golpe de 1964 enquanto *acontecimento* no rol de uma determinada *conjuntura*. Compartilho de interpretação oposta: 1964 compõe um processo mais amplo, que não se restringe ao governo Goulart, mas se estende à saturação e à crise do regime liberal-democrático de 1946. Este dava sinais de esgotamento já com o processo de escolha da candidatura e a eleição de Jânio Quadros em 1960, algo evidenciado por Dreifuss. Havia, sim, um cenário de sobreposição de crises em diferentes planos: econômico, político-institucional, social, militar (vide as greves de sargentos e a politização dos militares de baixa patente). Isto explica, em parte, o fato de a ordem liberal-democrática não ter sido restaurada. Um novo regime fora erigido como forma de aplacar os principais elementos *estruturais* da crise do regime de 1946: o acúmulo organizativo dos trabalhadores da cidade e do campo. Ao mesmo tempo, buscou-se, nesse novo momento, propiciar melhores condições para a reprodução ampliada do capital multinacional e associado.

Tais elementos demonstram as transformações que vinham ocorrendo no capitalismo brasileiro e o próprio fato de que a correlação de forças nos anos 1950/1960 se movimentava em consonância com tais transformações, que impactavam diretamente no comportamento político das classes sociais.

Pode-se inscrever tais questões em um espectro ainda mais amplo ou, em uma terminologia braudeliana, no tempo da “longa-duração”. O historiador Renato Lemos (2014) considera que a ação golpista de 1964 se inscreveu no rol de uma ação contrarrevolucionária preventiva, estratégia largamente utilizada pelas classes dominantes brasileiras em momentos em que se deparava com ameaças concretas ou potenciais:

Em face da sua pequena coesão, as frações das classes dominantes brasileiras seguiram a clássica norma combatente: a melhor defesa é o ataque. Nesse tempo longo, “essas classes e estratos de classe mais aprenderam ‘o que não deviam fazer’ para não se prejudicarem de modo irremediável, do que ‘o que deveriam fazer’ para articular seus interesses de classes numa comunidade política.”(Fernandes, 1976, p. 323) Daí ser razoável trabalhar com a hipótese de que, neste período, o conjunto da burguesia tomou – ainda que, com frequência, atabalhoadamente – a direção do processo político nacional e lhe deu rumo contrarrevolucionário preventivo. Contrarrevolucionário, não porque percebesse em seu horizonte uma efetiva ameaça revolucionária, mas porque, em todo o período, várias experiências históricas indicaram que o seu permanente estado de desunião belicosa constituía um elemento necessário, ainda que não suficiente, para configurar-se uma situação revolucionária. Preventivo, porque era preciso evitar o surgimento de elementos que, articulando-se com os necessários, formassem um conjunto suficiente para a configuração de uma situação revolucionária. (LEMOS: 2014, p. 118-9)

A própria noção de contrarrevolução preventiva se apresenta como eficaz para compreender como, em uma situação não propriamente revolucionária ou pré-revolucionária, como era o caso de 1964, em que estava no poder um governo nacional-reformista assentado na colaboração de classes, como era o governo Jango, as classes dominantes utilizam métodos em que se antecipam e abortam não a revolução em curso, mas o que poderia ser um cenário ideal para a emergência de uma situação revolucionária. Por óbvio, para a historiografia interessada apenas em elencar fatos ou, detida no tempo dos acontecimentos, tal debate não se torna, digamos, tão interessante.

Apontar que 1964 fez parte de uma estratégia adotada no tempo da longa-duração toca em outra questão sensível para a historiografia sobre o golpe e a ditadura, que é o caráter de classe do golpe,

comumente negligenciado e obscurecido por um rechaço à categoria de classe social e a outras terminologias oriundas de um arcabouço teórico marxista. Um exemplo disso é o já citado artigo de Fico (2017), o qual retomo após longa digressão.

Nele, Fico pontua que “A crítica que os historiadores marxistas fizeram aos assim chamados revisionistas de não lançarem mão do conceito de classe social foi quase um lamento.” (FICO: 2017, p. 31). Após elencar citações de historiadores marxistas criticando a ausência da questão classista em abordagens próximas às de Fico, o autor questiona:

por que os criticados deveriam usar o conceito de classe social? Que vantagens cognitivas adviriam desse uso? Como eles deveriam superar as dificuldades e limitações do conceito de classe social apontadas por críticos serenos e admitidas por marxistas reconhecidos? Nada disso é dito. (FICO: 2017, p. 32)

Por considerar a centralidade do conceito de classe social enquanto instrumental teórico-metodológico não somente útil, mas fundamental para uma análise sofisticada sobre o processo do golpe empresarial-militar, considero que devo fazer breves apontamentos. De antemão, registro que acompanho a formulação de Marcelo Badaró (2019), de que uma classe social se constitui enquanto tal na esfera política, embora advenha de uma relação econômica de dominação. Em outras palavras, não é algo mecanicamente determinado pelas relações de produção, mas sim algo que se constitui no terreno da política, na própria luta de classes.

Apontar que o golpe possuía um caráter classista não é uma mera abstração teórica. Trata-se de algo central, a meu ver, para apreender o processo de desestabilização do Governo Goulart, desencadeado de forma coordenada e simultânea em diversas frentes, assim como a própria formação do regime ditatorial.

Pode-se tomar como exemplos, no que diz respeito à campanha de desestabilização, a Ação Democrática Parlamentar (ADP) atuando para levar o governo a uma situação de ingovernabilidade, ao mesmo tempo em que a Campanha das Mulheres pela Democracia (CAMDE) atuava entre as mulheres de classe média com discurso de forte teor religioso e o Movimento Sindical Democrático (MSD) buscava arregimentar trabalhadores urbanos e fazer frente ao sindicalismo combativo, um dos esteios de sustentação, ainda que por vezes crítico, como demonstra a tese de Demian Melo (2013), de Goulart. Essas três frentes citadas, além das outras, estavam acopladas sob a estrutura do complexo IPES/IBAD.

Embora considere a campanha de desestabilização em curso, Fico endossa a tese de Daniel Aarão Reis de que havia um “conspiracionismo” na interpretação de Dreifuss que supervalorizava o papel do complexo IPES/IBAD na ação política contra Goulart¹⁰. Vejamos como as duas leituras se conectam: se o complexo IPES/IBAD coordenou uma campanha de desestabilização, o que me parece acima de quaisquer dúvidas, ela não necessariamente tinha por finalidade levar a um golpe, que é a interpretação de Carlos Fico. Considerar tais organizações como o epicentro da ação política que desencadeou o golpe é superestimar seu papel, o que, por sua vez, caracteriza a leitura de Daniel Aarão Reis. Considerar que o golpe estava dado é teleologia, o que é um truísmo, já que os processos históricos estão em aberto e seu desfecho não está previamente colocado. Porém, isso é algo que o próprio Dreifuss reconhece ao tratar das limitações e

debilidades que o complexo IPES/IBAD teve para angariar adeptos em alguns setores, como, por exemplo, entre trabalhadores e estudantes.

Uma outra questão a ser colocada em relevo é que o complexo IPES/IBAD não era um bloco homogêneo, mas uma federação empresarial, uma frente de ação política do capital multinacional e associado. Havia figuras ligadas a diferentes ramos da iniciativa privada e, por conseguinte, com interesses distintos. Há de se ressaltar também como a atuação do complexo IPES/IBAD, quando apresentada sem estereótipos, obedecia a uma lógica regionalizada, não funcionando da mesma maneira em todo país. Isto pode ser observado se considerarmos o trabalho de Heloísa Starling (1986), em que a autora aponta que em Minas Gerais o complexo IPES/IBAD encontrava um obstáculo para sua ação efetiva: o fato de que um setor tradicional da economia ainda predominava frente à fração estrangeira do grande capital. Por isso, o grupo de desestabilização mais importante foi o Novos Inconfidentes, formado justamente por um setor empresarial ligado à produção de bens não-duráveis (STARLING: 1986, p. 90), como a indústria têxtil, por exemplo. Ao longo de seu trabalho, Starling destrincha as atividades desse instituto, localiza-o no interior da campanha de desestabilização movida contra Goulart e demonstra como a ação classista obedecia a uma dinâmica regionalizada que dificultava a criação de uma tática única de contrainsurgência por parte do Executivo nacional-reformista.

Um outro exemplo marcante, destacado pelo próprio Dreifuss, e que desmonta a ideia de uma “conspiração infalível” a ele atribuída por seus críticos, é a derrota eleitoral nas eleições de 1962 de candidatos ligados ao capital multinacional e associado e por ele financiados – via IBAD –, sendo um caso notável o de Miguel Arraes em Pernambuco, estado-chave no Nordeste em que a ação dos trabalhadores rurais se mostrava como mais avançada.

Vale ressaltar, como bem notado em artigo escrito por Rejane Hoeveler e Demian Melo (2014), que o próprio Dreifuss notara a ação de entidades de caráter e *modus operandi* similares ao IPES:

O caso do complexo IPES/IBAD/ESG é o dispositivo da elite orgânica mais central em 1964; no entanto, nessa mesma obra, Dreifuss já chama bastante atenção para entidades transnacionais como a ADELA – *Atlantic Community Development Group for Latin America*, entidade formada em 1962 com o propósito de organizar os interesses dos capitais forâneos na América Latina; ou o CICYP (*Consejo Interamericano de Comercio y Producción*), presidido aliás por Roberto Campos de 1968 a início dos anos 1970. No contexto latino-americano temos ainda o *Council for Latin America* criado pelos Rockefeller, que depois se transformou em *Council of the Americas* (que hoje, associado à *Americas Society*, é conhecido pela sigla AS-COA). (HOEVELER; MELO: 2014, p. 23)

Ou seja, tratava-se de um investimento – em todos os sentidos – realizado pelo capital multinacional e seus interesses associados para assegurar a hegemonia norte-americana na América Latina. Não é como se o IPES fosse uma “jabolicaba brasileira” ou coisa que o valha, mas sim elemento constituinte de um modo de operar a política externa de modo a levar a outro patamar a acumulação capitalista.

Atribuir a Dreifuss uma superestimação do papel do complexo IPES/IBAD corrobora a leitura de Aarão Reis que dilui o elemento classista do golpe em algo mais amplo, como é a ideia de um “golpe civil-militar”. Essa discussão sobre se o golpe fora “civil-militar” ou “empresarial-militar” também antecipa um debate sobre o caráter do regime. Nas palavras de Carlos Fico:

O golpe foi efetivamente dado (não apenas apoiado) por civis e militares e, portanto, é possível chamá-lo de civil-militar. Alguns passos subsequentes foram marcando o caráter militar do novo regime, principalmente a decisão do Comando Supremo da Revolução de abortar, com o primeiro ato institucional, a discussão que havia no Congresso Nacional sobre conceder ou não aos vitoriosos poderes de cassação de parlamentares e, depois, a prorrogação do mandato de Castelo Branco até 15 de março de 1967 (decisão tomada em julho de 1964). O regime subsequente foi inteiramente controlado pelos militares, de modo que adjetivá-lo em ressalva (“foi militar, *mas* também civil” ou empresarial ou o que seja) é supérfluo e impreciso – além de ter, como tudo mais em História do Tempo Presente, imediata implicação política: nesse caso, justamente por causa dessa adversatividade, a conotação é de redução da responsabilidade dos militares. (FICO: 2017, p. 53, grifo do autor)

Dizer que “o regime” foi “inteiramente controlado pelos militares” me parece impreciso. Primeiro, pelo fato de que elementos de proa do empresariado ocuparam postos no Estado; segundo, pois cria uma imagem uníssona do regime, como se não houvesse nenhuma nuance, mesmo entre os governos que se sucederam. Fico vai além e diz que caracterizar o regime considerando a participação civil ou empresarial, ainda que com predominância do componente militar, implica reduzir a responsabilidade dos militares. Nesta consideração, foi acompanhado em artigo de Mariana Joffily (2018), em que a autora atribui a Dreifuss uma visão de que os militares teriam cumprido o papel de “sócios menores em um esforço plural, do qual participaram figuras públicas estadunidenses, políticos de partidos tradicionais e governadores dos Estados mais estratégicos” (JOFILLY: 2018, p. 208). Grosso modo, seria como apontar que Dreifuss lançara as bases para uma interpretação de que os militares, desprovidos de quaisquer autonomia, foram instrumentalizados para cumprir com os desígnios do empresariado.

Há duas ponderações que devem ser feitas: apontar que o golpe fora empresarial-militar não significa negar ou subestimar o papel de outros atores civis no golpe, sem ser o empresariado politicamente ativo e organizado. Poder-se-ia, por exemplo, apontar o papel da Igreja Católica nas mobilizações contra João Goulart, como é o emblemático caso das Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Nesse caso, faria sentido falar “há uma ação civil-militar”, já que não fora só o empresariado que atuou no golpe. Esta afirmação não anula a asserção seguinte, que é: dentre os setores civis, havia um *protagonismo do empresariado* na campanha golpista, algo empiricamente demonstrado. Nesse sentido, acompanho Martina Spohr ao apontar que o uso do termo “civil-militar”, tal qual proposto por Daniel Aarão e cia., esvazia o caráter de classe do golpe, algo que precisa ser qualificado (SPOHR: 2016, p. 5). Nas palavras da autora:

Suponhamos que a utilização do termo “civil” seja plausível. Para tal, devemos nos perguntar quem seriam estes atores políticos. E é preciso definir que sociedade é esta: é uma sociedade personificada em apoio ao golpe, uma parcela desta sociedade, uma classe, uma parcela de classe? No nosso entender, estamos falando de uma sociedade complexa e que deve ser compreendida a partir da perspectiva gramsciana de Estado ampliado. Ao falar em sociedade, entendemos que o conceito de sociedade civil cunhado pelo senso comum, e por muitos analistas sociais das áreas de pesquisa de temas correlatos, não dá conta das dinâmicas existentes em sociedades socialmente complexificadas como a brasileira. Entendemos também ser um equívoco descolar a compreensão de sociedade civil de uma compreensão do conceito de Estado, tratado muitas vezes da mesma maneira personificada, como algo que fala por si próprio. (SPOHR: 2016, p. 6)

A outra ponderação diz respeito ao fato de que caracterizar o golpe como “empresarial-militar” e a ditadura que o sucedeu da mesma forma não implica, com as devidas vênias, reduzir a responsabilidade dos militares, mas sim empreender um esforço analítico que evidencie os outros atores envolvidos na criação das condições para a consumação do golpe e seu papel no regime ditatorial, seja na ocupação de postos no Estado ou de outras formas. A própria repressão desfechada pela ditadura brasileira contra os trabalhadores contou com a participação de empresas que atuaram como colaboradoras do regime (SILVA; CAMPOS; COSTA: 2022).

Voltamos à questão do caráter de classe do golpe, que possui conexão com a escolha da nomenclatura utilizada para caracterizá-lo. O termo “civil” precedendo o elemento “militar” confere um recorte mais amplo, pois, como “civil”, pode-se ter a interpretação, defendida por Daniel Aarão Reis, de que havia um respaldo da “sociedade” ao golpe. O termo “civil” é mais “neutro”, ao rechaçar o enquadramento classista contido na expressão “empresarial-militar”, mas é insuficiente para uma análise mais apurada dos atores envolvidos no golpe. Sua amplitude é a raiz de sua limitação.

Estas observações são pertinentes para qualificar a discussão sobre a pertinência ou não da categoria de classe social para se pensar o golpe de 1964 e o regime que fora erigido em sequência. Obviamente, caracterizar como um golpe de classe, um golpe das classes dominantes, um golpe burguês sem, em seguida, aprofundar o entendimento de quais eram as classes sociais e suas respectivas frações partícipes desse processo é algo limitado analiticamente. Mas não é o que os trabalhos historiográficos vêm fazendo. Além de caracterizar a ação política da elite orgânica do capital multinacional e associado, tais estudos também demonstram o papel desempenhado por empresários e associações de classe de renome. Destaco o trabalho de Elaine Bortone (2022) sobre a Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica (ABIF), que, representando um segmento profissional e compondo a rede ligada ao IPES, não deixava, por isso, de ter uma relativa autonomia, demonstrando que, embora o complexo IPES/IBAD fosse o mais organizado centro decisório dos interesses empresariais, não havia controle absoluto sobre seus colaboradores.

A forma política do Estado ditatorial

A importância em empreender um esforço analítico que ofereça uma visão mais completa e matizada do golpe e dos atores nele envolvidos é crucial para que se possa compreender a forma como o Estado fora ocupado após 1964. Houve uma confluência de forças com vistas a desestabilizar e derrubar o governo Goulart. Tratava-se de um objetivo estratégico e sua consumação requeria abrir mão de certos postulados de curto prazo que suscitavam conflitos no interior da coalizão de forças que veio a perpetrar o golpe.

No caso da ditadura brasileira, entre as classes dominantes que se organizaram politicamente para tomar de assalto o Estado em 1964, havia predominância de uma fração: o capital multinacional e associado. Ao mesmo tempo, o golpe também contara com a participação de setores ligados ao latifúndio: as antigas oligarquias agrário-exportadoras, preocupadas com a organização dos trabalhadores do campo. Além disso,

havia atuação de uma parcela do empresariado nacional, que não reunia condições de disputa com o capital estrangeiro.

Vale fazer um excerto de cunho teórico relativo à pertinência do conceito de Nicos Poulantzas (2015) de bloco de poder para compreender as *acomodações* e as *tensões* entre os grupos, considerando-os como representações de classe e frações de classe, no interior do Estado. Primeiramente, há de se ressaltar a imbricação dialética entre as noções de Estado e bloco de poder na obra do marxista grego, *O Estado, o poder, o socialismo*. A partir da chave interpretativa de Poulantzas, tem-se uma leitura sofisticada do Estado, não mais como um bloco monolítico, mas como a condensação material da própria luta de classes.

Considero apropriado o uso da noção de bloco de poder para analisar os conflitos no interior da coalizão que ocupa o Estado no regime ditatorial de 1964, a partir da premissa de que um bloco de poder se constitui enquanto uma coalizão de forças heterogêneas que reproduz, em seu interior, assimetrias, isto é, relações de dominação, ainda que entre os próprios grupos sociais dominantes. O bloco de poder seria um constructo organizado no plano político, determinado pela estrutura econômica, capaz de amalgamar diferentes classes e frações de classe. Seu caráter heterogêneo demonstra que as relações de força de uma determinada formação social e econômica se reproduziriam no interior do bloco de poder. Ao Estado caberia o papel de organização das classes e frações de classe (POULANTZAS: 2015, p. 128). A materialidade político-institucional do Estado, sua *ossatura*, embora jamais eliminasse a dinâmica de conflito, imanente à formação social capitalista, iria impedir a desagregação do bloco.

Na perspectiva de Poulantzas, para que o Estado cumprisse seu papel enquanto *organizador*, era um imperativo que ele detivesse uma *autonomia relativa* em relação às classes sociais.

O Estado pode preencher essa função de organização e unificação da burguesia e do bloco no poder, na medida em que detém uma *autonomia* relativa em relação a tal ou qual fração e componente desse bloco, em relação a tais ou quais interesses particulares. Autonomia constitutiva do Estado capitalista: remete à materialidade desse Estado em sua separação relativa das relações de produção, e à especificidade das classes e da luta de classes sob o capitalismo que essa separação implica. (POULANTZAS: 2015, p. 129, grifo do autor)

Volto à análise sobre a ditadura. O exercício do poder pelas Forças Armadas tinha o objetivo de interromper a entrada das massas populares no processo político e garantir a maximização dos lucros do capital multinacional e setores associados. A ditadura brasileira estava a serviço da acumulação capitalista, mas esta não se impunha sem intermediários, justamente porque as Forças Armadas assumiam tal papel e, para melhor manejar e arbitrar os conflitos – tendo em vista que a estabilização do regime requeria uma superação da crise orgânica manifesta desde o início dos anos 1960 –, possuíam um caráter *relativamente autônomo* em relação às classes sociais. O que eu colocaria como uma questão para a qual não tenho resposta é: considerando que a ruptura em 1964 ocorreu como uma ação política de caráter contrarrevolucionário preventivo frente ao cenário de crise orgânica do regime liberal-democrático, em que momento a crise orgânica se estanca? Já em 1964, levando em consideração que o regime não encontrou dificuldades para se estabelecer ou com o fechamento total deste em 1968? Penso, nesse sentido, que as manifestações de 1968 poderiam ser, ainda, um rescaldo da crise orgânica do início dos anos 1960, sobretudo se levarmos em

consideração as paralisações de trabalhadores em Contagem (MG) e Osasco (SP), que guardam uma linha de continuidade em relação a manifestações operárias anteriores, como as próprias greves gerais de 1962.

A predominância do aparato burocrático-militar se deu não à revelia do capital multinacional e associado, mas por uma concessão deste. Vide as políticas econômicas implementadas. A reforma administrativa – PAEG – do governo Castelo Branco significava a transformação em política pública do ideário modernizante-conservador e de sua concepção de como deveria funcionar o aparato estatal, a máquina administrativa (BORTONE: 2013). Tal reforma sedimentava as propostas dos grupos de formação do IPES, que estavam em nítida consonância com os militares ligados à Escola Superior de Guerra (ESG).

Para que seu programa de reformas modernizante-conservadoras fosse levado a cabo, a permanência das Forças Armadas no poder era um imperativo. Em outras palavras, as Forças Armadas foram fiadoras da implementação do programa modernizante-conservador, ao mesmo tempo em que conduziam o processo político e a institucionalização do regime. É inequívoco, nesse sentido, que o caráter classista do golpe – empresarial-militar – resultou em um regime político cuja estrutura jurídica fora modificada para favorecer a acumulação capitalista e a reprodução ampliada do capital.

Tal processo não fora harmônico. Logo no início do período ditatorial, houve conflitos quanto à política econômica a ser adotada no governo Castelo Branco. A dupla Otávio Gouveia de Bulhões (Ministério da Fazenda) e Roberto Campos (Ministério do Planejamento)¹¹, implementaria um programa que sufocava a indústria nacional e que possuía um caráter altamente impopular. O golpe, que foi o resultado de uma ação conjunta das classes dominantes e não somente dos setores mais avançados destas, isto é, do bloco modernizante-conservador, não fez cessar os conflitos, mas colaborou para que eles assumissem uma nova forma, já que seriam interiorizados no aparato estatal. Este é um exemplo de como no interior de um mesmo bloco de poder as relações de classe se reproduzem. As contradições que perpassam uma formação social se condensam na ossatura político-institucional do Estado.

As Forças Armadas, a fim de conduzir a acomodação, alijaram de postos no Estado figuras relevantes para a consecução do golpe já no período inicial da ditadura. A estabilização do regime era incompatível com as principais lideranças políticas do período anterior. O então governador Adhemar de Barros (SP), liderança na orquestração do golpe, teve uma série de conflitos com a cúpula do regime ditatorial. Por sua vez, tais conflitos culminariam em sua cassação no ano de 1966. Adhemar não fora ponto fora da curva. Vários foram os atores políticos envolvidos no processo golpista que viriam a se chocar com os militares, principalmente após se darem conta do fato de que as Forças Armadas não estavam no poder temporariamente para conduzir uma “operação saneamento”, rifando Goulart e aliados, para, brevemente, devolver o poder aos civis, considerando que em 1965 ocorreriam eleições presidenciais. Adhemar, Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda tinham abertas pretensões de disputar a Presidência. No caso deste último, tem-se o exemplo mais emblemático: figura historicamente golpista e sempre ligada a conspirações contra o regime liberal-democrático, foi, provavelmente, o governador mais atuante na campanha anti-Goulart. Logo após a deposição de Jango, entrou em rota de colisão com o regime ditatorial.

A ala política da ação golpista fora rapidamente alijada. Os motivos para isso podem ser vários. Lideranças do porte de Lacerda, Adhemar e Juscelino dificilmente aceitariam passivamente todas as

determinações do comando militar, além de possuírem pretensões eleitorais de curto-prazo, que poderiam ser afetadas não somente pelas medidas discricionárias do regime, mas pelas próprias medidas econômicas impopulares adotadas. Não só isso, mas seria difícil acomodar lideranças de projeção nacional no novo regime: por sua estatura política, certamente não se contentariam com posições secundárias; por outro lado, se ocupassem posições de grande relevância, poderiam gerar problemas para o aparato burocrático-militar, que era quem de fato dirigia o Estado. Os interesses comuns de tais lideranças com os militares consistiam na necessidade vislumbrada por ambos, ainda que por motivos, em algum grau, distintos, de expurgar da cúpula do Estado o bloco nacional-reformista.

Um outro motivo é a própria autoimagem dos militares e como eles enxergam não somente o “mundo político”, mas o “mundo civil” de forma geral. Há, por parte da caserna, uma dicotomia estruturante que é a oposição entre civis e paisanos (CASTRO: 2004). A partir de tal dicotomia, tem-se um pensamento baseado em uma pretensa superioridade moral por parte dos militares. Enquanto o poder civil seria por natureza corrupto, dentro dos quartéis imperaria a moralidade. Tem-se uma explicação para o ímpeto salvacionista que residiria na necessidade de os militares intervirem na política. Renunciar ao poder e devolvê-lo aos civis significaria uma postura permissiva em relação ao “caos”, à “desordem” e à “subversão”.

O continuísmo dos militares levou sua cúpula a adaptar constantemente o ordenamento jurídico a seus interesses, de forma que a condução do processo político não lhe escapasse.

A “autolegitimação do regime”

Nesse aspecto (jurídico-político), há uma outra característica central a ser destacada ao se tratar do regime militar brasileiro: a sua permanente institucionalização. Pode-se dizer que este é um eixo que atravessa todo o período e que diferencia a ditadura brasileira de regimes similares a ela contemporâneos, como os da Argentina e do Chile. Ressalto que, ao tratar de institucionalização, não o faço considerando tal palavra como, na Ciência Política, um conceito que requer uma definição, mas sim enquanto um processo de autolegitimação de um regime através da edição paulatina de um ordenamento jurídico-político que viria a desfigurar o ordenamento jurídico prévio, isto é, a Constituição de 1946.

Embora a ruptura tenha ocorrido em 1964, a Constituição de 1946 vigorava *em tese* até 1967, quando houve a edição de uma nova Constituição. *Na prática*, não vigorava mais, tendo em vista que desde o início o regime solapou as liberdades civis e políticas em seu mais amplo espectro. Através dos Atos Institucionais (AIs), se editava um novo arcabouço jurídico, que não passava pelo crivo do Congresso Nacional – ainda que este, depurado, seguisse “de portas abertas” durante a maior parte do período ditatorial –, mas que era editado na forma de decretos.

Como consta no texto do primeiro Ato Institucional:

(...) A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação. A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte (...). Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma (...). Nela se

contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória (...). (BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964)

Este trecho é bastante significativo, sobretudo por uma frase: a ditadura “edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória”. Não houve tão somente uma mudança de governo, ainda que via ruptura institucional, mas sim uma mudança de regime, já que o autodenominado “Comando da Revolução” passaria a editar “um novo regramento jurídico, que anularia a “normatividade anterior”, pois esta já não teria o valor de lei.

A maior parte do ordenamento jurídico-político que regia a ditadura fora erguida durante o governo do primeiro presidente militar, Castello Branco, o mais proeminente membro da ESG. Durante o seu governo, foram editados 4 Atos Institucionais, a Constituição de 1967 e uma nova Lei de Segurança Nacional (1967). A repressão que se acentua em 1968 e alcança seu auge no início da década de 1970 se respalda, em larga medida, no arcabouço jurídico-político erigido durante o governo Castello.

Neste ponto, cabe um parêntese. Embora seja um senso-comum na academia estabelecer uma dicotomia entre ESG e “linha-dura”, pode-se dizer que tal visão já está datada do ponto de vista historiográfico. Como demonstra o trabalho de João Roberto Martins Filho (2020), *O palácio e a caserna*, embora houvesse, como no interior de toda instituição, divisões em grupos, estas não eram tão rígidas quanto se fazia crer. Claramente, havia tensões, como é o caso notório de quando, após o assassinato do operário Manoel Fiel Filho, três meses após o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, nas mesmas condições e nas dependências do DOI-CODI, Geisel exonera o comandante do II Exército Ednardo D’Ávila Mello e, em seguida, seu próprio ministro do Exército, Sylvio Frota, que buscava obstar o processo de transição em curso. Isto não é um indicativo de que Geisel tinha uma formação mais democrática do que Frota (GASPARI: 2014), mas sim de que as condições para a sustentação do regime estavam se deteriorando, tanto do ponto de vista político quanto econômico e social.

Como demonstra a monografia de Rejane Carolina Hoeverler (2012), o projeto de transição já estava sendo gestado pela cúpula do comando militar antes mesmo da crise internacional de 1973, que é o ponto mais comum de identificação do início da transição, pelos seus impactos na economia brasileira. O trabalho de Hoeverler demonstra que, antes mesmo da crise e de seus efeitos sociais, os militares já estavam estabelecendo as linhas gerais de seu projeto de distensão.

A característica da institucionalização, presente no momento em que o golpe é desfechado, perpassando o auge do regime e ditando o próprio ritmo da transição, com seus avanços e recuos, é crucial para apreender o ponto nevrálgico do regime, uma de suas principais idiosincrasias, que todo trabalho historiográfico sobre o período deve considerar.

Inclusive, desmonta a tese de que em 1968, com o AI-5, houvera um “golpe dentro do golpe”. O AI-5 não escapava à dinâmica em curso, de institucionalização permanente sob o controle dos militares. Como apontado pelo próprio Carlos Fico (2017, p. 62), Costa e Silva deu continuidade ao processo de institucionalização e pertencia à “linha-dura”. O elemento simbiótico que havia era, na verdade, de uma

relação entre juridicidade e excepcionalidade, uma relação de retroalimentação entre a dinâmica repressiva e a institucionalização do regime. Conforme escrito por Fico:

Prevalece a narrativa simplificada sobre o perfil de Costa e Silva como líder da chamada linha dura e responsável pelo AI-5 – que teria sido, segundo o chavão irônico e paradoxal, o “golpe dentro do golpe”, quando, na verdade, o AI-5 foi apenas mais uma manifestação da dinâmica que havia entre as tendências de institucionalização e de excepcionalidade: não houve mudança de natureza do regime com o AI-5. Novo golpe, depois do ocorrido em 1964, houve, de fato, em 1969, contra Pedro Aleixo. (FICO: 2017, p. 63)

O caso de Pedro Aleixo é emblemático: político da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação da ditadura, fora impedido de assumir a Presidência após o adoecimento de Costa e Silva, mesmo estando na linha sucessória e sendo uma prerrogativa sua segundo a Constituição editada pelos próprios militares. É emblemático no sentido de que, embora houvesse uma preocupação em permanentemente se institucionalizar, as Forças Armadas, sem distinção em relação a seus grupos internos, mandavam “às favas”, para utilizar a expressão do ministro do Trabalho e Previdência Social Jarbas Passarinho¹² por ocasião da reunião que resultou no decreto do AI-5, o zelo por manter a fachada de normalidade institucional.

Embora houvesse diferenças táticas no interior da caserna, o objetivo final, estrategicamente, era o mesmo: manter o controle sobre o regime. Isto se evidenciava a todo momento em que surgiam impasses¹³.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, busquei trazer alguns debates sobre elementos que considero primordiais para uma compreensão mais precisa sobre o golpe de 1964 e a ditadura brasileira. Não me detive em acontecimentos específicos ou em uma determinada periodização, mas sim na abordagem de questões trazidas pela historiografia que se detém sobre a temática. Busquei traçar, em linhas gerais, pontos de chegada, ou seja, apresentar balanços da bibliografia e avanços nas pesquisas, mas também pontos de partida, que podem ser profícuos para futuros trabalhos. As questões da forma política assumida pelo Estado ditatorial, do caráter de classe do golpe e seu impacto no regime por ele originado, assim como sua dinâmica de institucionalização e os atores políticos envolvidos nela, podem ser largamente desenvolvidas. Também busquei destacar a importância e a pertinência teórico-metodológica para uma abordagem historiográfica que fuja de lugares-comuns, que não se furte a debates sobre classes sociais e sua interação com o Estado em uma formação social capitalista. Nesses sessenta anos do golpe empresarial-militar, considerando os acontecimentos que marcaram a conjuntura política da última década, é necessário que se tenha o entendimento de que não é sob o prisma da reconciliação com o passado que se pode enfrentar os dilemas do presente. Ao contrário, através de um enfrentamento visceral com esse passado saberemos se há futuro no tempo atual.

Referências

- AARÃO REIS, D. **O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita.** *In:* FERREIRA, J. (org.). **O populismo e sua história:** debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 319-377, 2001.
- ALTMAN, B.; CARLOTTO, M. (orgs.). **Junho de 2013: a rebelião fantasma.** São Paulo: Boitempo, 2023.
- BARROS, D.; DEMIER, F.; FREITAS, C. (orgs.). **Junho e os dez anos que abalaram o Brasil (2013-2023).** São Paulo: Usina Editorial, 2023.
- BECHARA, G. N.; RODRIGUES, H. W. Ditadura militar, Atos Institucionais e Poder Judiciário. **Revista Justiça Do Direito**, v. 29, n. 3, p. 587-605, 2015.
- BORTONE, E. **A participação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na construção da reforma administrativa na ditadura civil-militar (1964-1968).** 2013. 143 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.
- BORTONE, E. As entidades empresariais do setor farmacêutico: o caso da Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica, 1964-1988. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.29, n.1, jan.-mar. 2022, p.165-184.
- CASTRO, C. **O Espírito Militar:** Um antropólogo na caserna. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- DREIFUSS, R. A. **A conquista do Estado:** ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FICO, C. **O grande irmão:** da Operação Brother Sam aos anos de chumbo; o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FICO, C. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, 2017.
- GASPARI, E. **A ditadura encurralada: o sacerdote e o feiticeiro.** Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.
- GONÇALVES, M. S. **American Way of Business: empresariado brasileiro e norte-americano no caminho do golpe empresarial-militar de 1964.** 2016. 356 p. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.
- HOEVELER, R. C. **Ditadura e democracia restrita: a elaboração do projeto de descompressão controlada no Brasil (1972-1973).** 2012. 99p. Monografia (Bacharelado em História). Rio de Janeiro: UFRJ / IH, 2012.
- HOEVELER, R. C.; MELO, D. Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss. **Tempos Históricos**, Paraná, v. 18, n. 1, p. 13-43, 2014.
- JOFFILY, M. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204 - 251, jan./mar. 2018.
- LEMOS, R. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. **Marx e o Marxismo – Revista do NIEP-Marx**, Niterói, v. 2, n. 2, p. 111-138, 2014.
- MARTINS FILHO, J. R. **O palácio e a caserna:** a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2020.
- MATTOS, M. B. **A classe trabalhadora, de Marx ao nosso tempo.** São Paulo, Boitempo, 2019.
- MELO, D. **Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora brasileira: a primeira greve geral nacional (5 de julho de 1962).** 2013. 335 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

MELO, D. **O golpe de 1964 e meio século de controvérsias**: o estado atual da questão. In: MELO, D. (Org.) **A miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

ROCHA, A. P. **Guerra de memória e um Brasil paralelo**: revisionismo e negacionismo no documentário "1964: o Brasil entre armas e livros". 2019. 28 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2019.

STARLING, H. **Os senhores das Gerais**: os novos inconfidentes e o golpe de 1964. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SILVA, M. A.; CAMPOS, P. H. P.; COSTA, A. A Volkswagen e a ditadura: a colaboração da montadora alemã com a repressão aos trabalhadores durante o regime civil-militar brasileiro. **Revista Brasileira de História**, v. 42, p. 141-164, 2022.

Notas

¹Mestre em História, Política e Bens Culturais (FGV/CPDOC). Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0946349608710120>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-6046-9388>. E-mail: yamope99@gmail.com

² Já à época das eleições de 2018, veio à tona, em reportagem da Folha de São Paulo, a notícia de que havia uma campanha de desinformação contra o então candidato a presidente Fernando Haddad e seu partido, o PT, com financiamento empresarial. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>. Acesso em: 25/01/2024.

³ Em novembro de 2019, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que o cumprimento da pena deveria começar somente após o trânsito em julgado (esgotamento dos recursos) da ação penal condenatória, o que permitiu a saída de Lula da prisão. Em 2021, houve a anulação de suas condenações e sua reabilitação política, com o entendimento do Supremo de que Moro fora parcial na condução dos casos envolvendo Lula.

⁴ Há um consenso entre especialistas que apontam nesse sentido. Vide o depoimento prestado pelo epidemiologista Pedro Hallal à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, encarregada de investigar os crimes do governo Bolsonaro na condução do combate à pandemia. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/cpi-da-covid/noticia/2021/06/24/epidemiologista-diz-a-cpi-da-covid-que-cerca-de-400-mil-mortes-poderiam-ter-sido-evitadas.ghtml>. Acesso em: 25/01/2024.

⁵ As comemorações do 7 de Setembro, Feriado da Independência, passaram a ser instrumentalizadas por Bolsonaro para arregimentar seguidores e proferir ataques às instituições, principalmente o STF. O ministro Alexandre de Moraes, relator de ações potencialmente danosas para Bolsonaro e seu entorno, se tornou alvo preferencial desses ataques. No dia 7 de setembro de 2021, em um carro de som na Avenida Paulista, o então presidente afirmou, aos berros, que não cumpriria decisões judiciais do magistrado. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/09/07/7-de-setembro-discurso-bolsonaro-avenida-paulista.htm>. Acesso em: 25/01/2024.

⁶ Sobre a tentativa de golpe do dia 8 de janeiro de 2023 e os bastidores de como o governo recém-empossado se organizou para resistir e manter a legalidade democrática, recomendo o documentário da jornalista Julia Duailibi. Cf. **8/1 – A democracia resiste**. Direção: Julia Duailibi e Rafael Norton. São Paulo, 2024. Globoplay (67 min.).

⁷ Para uma interessante monografia sobre o assunto, cf. ROCHA, Andrey Porto. **Guerra de memória e um Brasil paralelo: revisionismo e negacionismo no documentário "1964: o Brasil entre armas e livros"**. 2019. 28 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2019.

⁸ Tal conceito será devidamente explicado mais à frente.

⁹ De acordo com Glycon de Paiva, o General Golbery foi quem realizou a parte cerebral do golpe. Glycon de Paiva chegou a enfatizar que “sem seu trabalho, a Revolução de Março não teria sido possível”. (DREIFUSS: 1981, p. 363).

¹⁰ Em seu texto *O colapso do colapso do populismo*, fundamental para a compreensão do revisionismo sobre o conceito de populismo, simbioticamente interligado com a própria leitura revisionista sobre o golpe de 1964, Daniel Aarão escreve em uma nota: “Do ponto de vista do *desenvolvimento das tramas conspiratórias*, além dos depoimentos das lideranças que chefiaram ou obtiveram posições de destaque no movimento civil-militar de março/abril de 1964, *releve-se o trabalho pioneiro*, já referido, *de René Dreifuss, embora, em muitos momentos, o autor pareça superestimar o controle e o domínio que as instituições que investiga, sobretudo o IPES, tivessem do processo histórico em curso.*” (AARÃO REIS: 2001, p. 332, grifos meus). Há uma sutileza de Aarão Reis, pois não coloca a pesquisa de Dreifuss no limbo das “tramas conspiratórias”. Entretanto, logo após seu “releve-se”, faz uma ressalva, ou seja, “releve-se, *pero no mucho*”, pois, em suas próprias palavras: “em muitos momentos, o autor pareça superestimar o controle e o domínio que as instituições que investiga, sobretudo o IPES, tivessem do processo histórico em curso”. Ao fim e ao cabo, atribui a Dreifuss uma interpretação que muitas vezes

corroborar o papel do IPES como centro de uma conspiração, o que fica claro, sobretudo, quando se fala em “controle e o domínio (...) do processo histórico em curso”, como se fosse possível manter sob controle o processo histórico.

¹¹ Vale destacar que ambos eram formuladores de renome ligados ao IPES.

¹² Para ser mais preciso, a frase de Jarbas Passarinho na citada reunião foi: “Mas, às favas, senhor presidente, neste momento, todos, todos os escrúpulos de consciência”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/jarbasPassarinho.html>. Acesso em: 25/01/2024.

¹³ Este é o argumento central de João Roberto Martins Filho (2020).

Recebido em: 08 de fev. 2024

Aprovado em: 27 de abr. 2024